

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**:... seguida de **Assertiva**:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA OBJETIVA SELETIVA

BLOCO I

QUESTÃO 1

Para ajudar a custear o tratamento médico de seu filho, José resolveu vender seu próprio automóvel. Em razão da necessidade e da urgência, José estipulou, para venda, o montante de 35 mil reais, embora o valor real de mercado do veículo fosse de 65 mil reais. Ao ver o anúncio, Fernando ofereceu 32 mil reais pelo automóvel. José aceitou o valor oferecido por Fernando e formalizou o negócio jurídico de venda.

Conforme o Código Civil, essa situação configura hipótese de

- A lesão, sendo o negócio jurídico anulável.
- B dolo, podendo José pedir somente indenização por perdas e danos.
- C lesão, podendo José pedir somente indenização por perdas e danos.
- D dolo, sendo o negócio jurídico anulável.

QUESTÃO 2

De acordo com o Código Civil, nas consignações em pagamento, o ato de depósito efetuado pelo devedor faz cessar

- A os riscos, mas os juros da dívida continuam a correr até a declaração de aceitação do credor.
- B os riscos e os juros da dívida, podendo o devedor requerer o levantamento do depósito mesmo após a aceitação do credor.
- C os juros da dívida e impede o levantamento do valor depositado pelo devedor até que seja aceito ou impugnado pelo credor.
- D os riscos e os juros da dívida; uma vez declarada a aceitação pelo credor, o depósito não mais pode ser levantado pelo devedor.

QUESTÃO 3

Eduardo, na qualidade de pai registral, ajuizou ação de anulação de registro de nascimento, tendo como fundamento um exame de DNA comprobatório de ausência de vínculo genético entre ele e o filho registrado.

Nessa situação hipotética, à luz do entendimento jurisprudencial do STJ, o magistrado deverá

- A considerar suficiente a comprovação da ausência de vínculo genético entre Eduardo e o filho registrado e declarar a anulação do registro de nascimento.
- B considerar irrelevante o resultado do exame de DNA, uma vez que o registro de nascimento, após formalizado, não é passível de anulação.
- C reconhecer como nulo de pleno direito o registro de nascimento.
- D exigir, além do exame de DNA, prova robusta de que Eduardo fora induzido a erro ou coagido a registrar o filho de outrem como seu.

QUESTÃO 4

Fábio e Eliana foram casados e tiveram um filho chamado Enzo. Após terem se divorciado, foi determinado judicialmente que ambos teriam a guarda do menino. Alguns meses após a separação, durante uma discussão por questões financeiras, Fábio chamou Eliana de prostituta, por ela estar em um novo relacionamento, e a agrediu, causando-lhe lesão corporal de natureza grave.

À luz do Código Civil, é correto afirmar que Fábio

- A poderá perder o poder familiar de Enzo por decisão judicial.
- B poderá perder o poder familiar de Enzo somente se comprovado que ele agrediu também o menino.
- C não poderá perder o poder familiar de Enzo, somente a sua guarda.
- D não poderá perder nem o poder familiar de Enzo, nem a sua guarda.

QUESTÃO 5

Júlia e Leandro casaram-se no regime obrigatório de separação de bens. Enquanto estavam casados, Leandro recebeu um terreno a título de doação, e, alguns meses depois, ele faleceu.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, à luz do entendimento jurisprudencial, para fins de partilha, os bens adquiridos na constância do casamento

- A não se comunicam entre Júlia e Leandro, exceto o terreno doado.
- B não se comunicam entre Júlia e Leandro, ainda que seja comprovado o esforço comum para sua aquisição.
- C comunicam-se entre Júlia e Leandro, inclusive o terreno doado.
- D comunicam-se entre Júlia e Leandro, desde que comprovado o esforço comum para sua aquisição.

QUESTÃO 6

Com relação aos efeitos da posse,

- A o possuidor de boa-fé responde, em regra, pela perda ou deterioração da coisa, independentemente de lhe ter ou não dado causa.
- B o possuidor de má-fé responde pela perda e deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se comprovar que elas ocorreriam mesmo que ele não estivesse no exercício da posse.
- C o possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa somente se comprovar que elas ocorreriam mesmo que ele não estivesse no exercício da posse.
- D o possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, salvo se acidentais.

QUESTÃO 7

Uma empresa contratou uma transportadora para a prestação de serviço de transporte de carga altamente valiosa. A transportadora, por sua vez, não contratou seguro contra perdas e danos que poderiam ser causados à carga transportada, embora o contrato firmado pela transportadora tivesse estipulado a obrigatoriedade de seguro com tal cobertura. A carga era transportada em trajeto conhecido e em horário com intenso tráfego, quando o veículo que a transportava foi interceptado por assaltantes à mão armada, que roubaram toda a carga. Em decorrência desse fato, a empresa contratante ajuizou ação de reparação de danos em desfavor da transportadora.

À luz do entendimento jurisprudencial, nessa situação hipotética,

- A** não há responsabilidade civil da transportadora, pois o roubo à mão armada constitui motivo de força maior.
- B** há responsabilidade civil da transportadora, desde que seja demonstrado que ela não adotou medidas razoáveis de cautela, como a contratação do referido seguro.
- C** não há responsabilidade civil da transportadora, pois, ao ter realizado o transporte em trajeto conhecido e em horário com intenso tráfego, adotou medidas razoáveis de cautela.
- D** há responsabilidade civil da transportadora, sendo suficiente para sua configuração a previsibilidade abstrata de risco de roubo da carga transportada.

QUESTÃO 8

Na venda de coisa móvel com reserva de domínio, a transferência da propriedade ao comprador ocorre

- A** a qualquer tempo, não respondendo o comprador pelos riscos da coisa a partir de quando esta lhe for entregue.
- B** com o pagamento integral do preço, não respondendo o comprador pelos riscos da coisa a partir de quando esta lhe for entregue.
- C** com o pagamento integral do preço, respondendo o comprador pelos riscos da coisa a partir de quando esta lhe for entregue.
- D** a qualquer tempo, respondendo o comprador pelos riscos da coisa a partir de quando esta lhe for entregue.

QUESTÃO 9

Conforme os direitos da personalidade, a disposição do próprio corpo é

- A** permitida, se por vontade pessoal e para fins científicos, ainda que implique em diminuição da integridade física.
- B** proibida para fins de transplante, ainda que a disposição seja parcial.
- C** permitida, após a morte, para fins científicos e de forma gratuita.
- D** proibida, após a morte, se parcial e com fins altruísticos.

QUESTÃO 10

Após o falecimento dos pais, uma criança de dez anos de idade foi colocada sob tutela de sua avó, de sessenta e cinco anos de idade, já que constitui parente de grau mais próximo. Em relação à tutela dessa criança, considerando-se as disposições legais, é correto afirmar que a avó

- A** poderá se escusar da tutela, sob a alegação de ser aposentada.
- B** poderá se escusar da tutela, sob o fundamento de ser maior de sessenta anos.
- C** não poderá se escusar da tutela, já que é o parente de grau mais próximo da criança.
- D** não poderá se escusar da tutela, uma vez que tal ato é vedado pela legislação vigente.

QUESTÃO 11

À luz do entendimento jurisprudencial do STJ a respeito de aplicação da lei processual, de atos processuais e de execução fiscal, julgue os itens a seguir.

- I** Nos processos judiciais, a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é regida pela lei vigente na data de prolação da sentença.
- II** O prazo recursal da parte que for intimada, por oficial de justiça, a respeito de decisão judicial se inicia na data de cumprimento do mandado, e não com a juntada do mandado ao processo.
- III** Na execução fiscal, o prazo de um ano de suspensão do processo, previsto na Lei de Execução Fiscal, e da respectiva prescrição intercorrente se inicia automaticamente na data de ciência da fazenda pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e III estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 12

Paulo requereu o cumprimento provisório da sentença que condenou Fernando a lhe pagar a quantia de cinquenta mil reais em uma demanda que tramitou pelo procedimento comum. À petição em que requereu o início do cumprimento de sentença, Paulo juntou cópia da decisão exequenda, certidão de interposição do recurso de Fernando não dotado de efeito suspensivo e outros documentos necessários ao cumprimento. Ele, ainda, requereu ao juízo no qual o título foi formado que:

- o cumprimento de sentença fosse remetido ao juízo da localidade onde Fernando possui bens;
- fossem fixados honorários para a fase de cumprimento de sentença;
- fosse imposta multa por eventual inadimplemento de Fernando;
- dispensassem-no do pagamento de caução, em razão da sua situação de necessidade, que foi demonstrada.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

- A** o pedido de remessa à localidade onde Fernando possui bens deve ser rejeitado, porque o cumprimento de sentença é de competência exclusiva do juízo que profere a sentença.
- B** não cabe o arbitramento de honorários na fase de cumprimento provisório da sentença, porque essa fase processual é um ato facultativo de Paulo.
- C** Fernando poderá depositar o referido valor com o único intuito de evitar a incidência da multa, ato que não será tido como incompatível com o recurso interposto por ele.
- D** Paulo poderá ser dispensado do pagamento de caução apenas se tiver firmado com Fernando negócio processual com essa finalidade e devidamente homologado pelo juízo competente.

QUESTÃO 13

Renato, recém-nascido, e Antônia, sua mãe, são autores de ação ajuizada em desfavor de Luiz, suposto pai de Renato. Na ação, são pleiteados a declaração de paternidade de Luiz em favor de Renato e o ressarcimento de despesas decorrentes do parto em favor de Antônia.

Essa situação configura hipótese de litisconsórcio facultativo e

- A unitário.
- B eventual.
- C sucessivo.
- D alternativo.

QUESTÃO 14

Um indivíduo impetrou mandado de segurança junto ao STJ para questionar ato coator que, conforme afirmava na petição inicial, teria sido praticado por um ministro de Estado. Após a autoridade supostamente coatora apresentar informações sobre o mérito da questão, o relator verificou que o ato, na realidade, havia sido praticado exclusivamente por um servidor subordinado ao ministro e ocupante do cargo de chefe de divisão na pasta ministerial.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STJ, a denominada teoria da encampação

- A deve ser aplicada, porque há hierarquia entre a autoridade que prestou as informações e a que determinou a prática do ato.
- B deve ser aplicada, porque, ao apresentar informações sobre o mérito, a autoridade indicada como coatora tacitamente concordou com a prática do ato.
- C não deve ser aplicada, porque a utilização desta teoria na via mandamental implica sempre em violação do devido processo legal.
- D não deve ser aplicada, porque nesse caso o vício de legitimidade implica a modificação de competência constitucionalmente prevista.

QUESTÃO 15

André interpôs recurso extraordinário contra acórdão proferido por tribunal de justiça. Em sequência, ao realizar o juízo de admissibilidade do recurso, o presidente do tribunal de justiça prolatou decisão inadmitindo o recurso, por entender que não havia sido cumprido o requisito do prequestionamento de matéria constitucional. Dois dias após ter sido intimado da decisão de inadmissão, André opôs embargos de declaração, alegando haver obscuridade na decisão monocrática proferida na origem.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STF, os embargos de declaração

- A não são cabíveis e, por isso, não haverá interrupção do prazo recursal para a interposição de agravo em recurso extraordinário.
- B interrompem o prazo recursal para a interposição de agravo em recurso extraordinário, ainda que não venham a ser conhecidos.
- C devem ser recebidos como agravo em recurso extraordinário, em decorrência do princípio da fungibilidade recursal.
- D devem ser julgados pelo prolator da decisão de origem, mas, somente se forem providos, será possível a interposição de novo recurso ao STF.

QUESTÃO 16

De acordo com o Código de Processo Civil, no que concerne ao julgamento de ação reivindicatória da propriedade de bem imóvel localizado em território nacional, a competência internacional da justiça brasileira e a competência territorial do foro do local do imóvel são consideradas, respectivamente, como

- A exclusiva e absoluta.
- B exclusiva e relativa.
- C concorrente e absoluta.
- D concorrente e relativa.

QUESTÃO 17

De acordo com as normas previstas no Código de Processo Civil para os procedimentos especiais, assinale a opção correta.

- A Em procedimento de inventário e partilha, o magistrado está proibido de deferir antecipadamente a um herdeiro o direito de uso e fruição de bem do espólio.
- B O magistrado que, em ação de consignação em pagamento, concluir pela insuficiência do depósito, somente poderá condenar, em sentença, o autor ao pagamento da diferença percebida caso tenha sido apresentada reconvenção pelo réu.
- C O magistrado que verificar a existência de terceiro titular de interesse em embargar ato tratado em juízo deverá ordenar a sua intimação pessoal.
- D Em ação monitória, o magistrado deverá determinar, em regra, a citação do réu por meio de oficial de justiça, porque naquele procedimento é vedada a citação pelo correio.

QUESTÃO 18

De acordo com o Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova requerida antes do ajuizamento da demanda principal

- A segue procedimento no qual é admitida a interposição de apelação contra a decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada.
- B pode ser utilizada somente na hipótese de o autor provar que o prévio conhecimento dos fatos é imprescindível para o ajuizamento de ação.
- C é da competência exclusiva do foro onde a prova deva ser produzida.
- D acarreta a prevenção do juízo para a ação que venha a ser proposta com base na prova produzida.

QUESTÃO 19

No que concerne às regras estabelecidas para a tutela provisória, o Código de Processo Civil determina que a concessão, pelo magistrado, da tutela de evidência

- A dependerá da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo e ocorrerá nas situações em que os efeitos da decisão sejam reversíveis.
- B poderá ser deferida liminarmente caso os fatos sejam comprovados apenas pela via documental e exista tese firmada em julgamento de casos repetitivos.
- C será realizada na forma de decisão interlocutória de mérito e produzirá coisa julgada material caso não seja impugnada pelo réu.
- D será cabível somente na hipótese de verificação de abuso do direito de defesa da parte ré, haja vista a natureza punitiva dessa modalidade de tutela provisória.

QUESTÃO 20

De acordo com o STF, a legitimidade ativa para execução de condenação patrimonial imposta por tribunal de contas estadual é do

- Ⓐ Ministério Público do respectivo estado.
- Ⓑ Ministério Público junto ao tribunal de contas estadual.
- Ⓒ tribunal de contas prolator da decisão.
- Ⓓ ente público beneficiado com a condenação.

QUESTÃO 21

À luz do Código de Defesa do Consumidor, julgue os seguintes itens, acerca de proteção contratual.

- I A proteção contratual prevê a nulidade de cláusulas que estejam em desacordo com as normas consumeristas, o que, em regra, configura a invalidade ou a inexistência do negócio jurídico.
- II Em contratos de adesão, é permitida a existência de cláusulas que acarretem limitações de direitos consumeristas.
- III Na resolução dos contratos de consórcio de veículos automotores, eventuais prejuízos causados por inadimplente ao grupo serão descontados da compensação ou da restituição das parcelas quitadas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 22

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de relações consumeristas.

- I A recusa de cobertura securitária sob a alegação de doença preexistente é considerada lícita se exigidos exames médicos previamente à contratação do seguro.
- II Nos contratos de assistência à saúde, é abusiva cláusula contratual que estipule qualquer prazo de carência para cobertura de casos de urgência e emergência.
- III As regras do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis aos contratos de empreendimentos habitacionais celebrados por sociedades cooperativas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 23

A respeito de cobrança de dívidas e cadastros de inadimplentes, de prescrição, de práticas comerciais abusivas e de oferta e publicidade, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ.

- Ⓐ A cobrança indevida de pagamento por serviços de telefonia enseja a condenação da empresa prestadora do serviço por danos morais presumidos, independentemente de efetuada a inscrição do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes.
- Ⓑ A ação de indenização por danos morais decorrente da inscrição indevida de consumidor em cadastro de inadimplentes promovida por instituição financeira aplica-se o prazo prescricional de três anos, previsto no Código Civil.
- Ⓒ Em salas de cinema, a prática de compelir consumidor espectador a comprar todo e qualquer produto dentro da própria sala de exibição de filmes não é abusiva, por ser essa atividade de caráter complementar à principal.
- Ⓓ A responsabilidade do comerciante é subsidiária à do fabricante no caso de o vendedor se aproveitar de publicidade enganosa do fabricante para a comercialização do produto.

QUESTÃO 24

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta, a respeito de práticas e cláusulas abusivas elencadas no Código de Defesa do Consumidor.

- Ⓐ A exigência de indicação da classificação internacional de doenças (CID) para cobertura de exames e pagamento de honorários médicos pelas operadoras de planos de saúde é lícita.
- Ⓑ A mera negativa de sociedade empresária do ramo securitário a consumidor que deseje contratar seguro de vida é lícita, se o fundamento da recusa for a complexidade técnica da atividade do contratado.
- Ⓒ Nos contratos de compromisso de compra e venda de imóveis em construção decorrente de incorporação imobiliária, é abusiva cláusula que estipule cobrança de juros compensatórios incidentes em período anterior à entrega das chaves.
- Ⓓ Em contrato de prestação de serviço de telefonia fixa, cláusula que preveja a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços é considerada abusiva.

QUESTÃO 25

Se determinada mercadoria apresentar vício do produto poucos dias após a sua aquisição, o consumidor terá direito à reparação do vício

- Ⓐ diretamente pelo comerciante, por ser subsidiária a responsabilidade do fabricante.
- Ⓑ pelo fabricante em até sete dias, caso a mercadoria seja essencial.
- Ⓒ no prazo prescricional de noventa dias, caso seja produto durável.
- Ⓓ pelo comerciante, pela assistência técnica ou pelo fabricante, no prazo de trinta dias.

QUESTÃO 26

A atual doutrina da proteção integral, que rege o direito da criança e do adolescente, reconhece crianças e adolescentes como

- A** objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, mas que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.
- B** sujeitos de direito, devendo o Estado, a família e a sociedade lhes assegurar direitos fundamentais.
- C** objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, sendo o Estado o principal responsável por lhes assegurar direitos.
- D** sujeitos de direito que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.

QUESTÃO 27

Assinale a opção que indica medida de proteção à criança e ao adolescente prevista no ECA e aplicável quando os direitos reconhecidos desse grupo social forem ameaçados ou violados.

- A** colocação da criança ou do adolescente em família substituta
- B** intervenção mínima
- C** obrigação de reparar o dano
- D** internação da criança ou do adolescente em estabelecimento educacional

QUESTÃO 28

Gabriel, brasileiro, com onze anos de idade e residente no Brasil, foi autorizado por seus pais a viajar desacompanhado para a Argentina, a fim de visitar familiares. Tal autorização foi formulada por escrito na presença de autoridade consular brasileira, que também assinou o documento.

Conforme a Resolução n.º 131/2011 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, Gabriel

- A** não poderá realizar a viagem, porque, nessas condições, é obrigatória autorização judicial, em razão de sua idade.
- B** não poderá realizar a viagem, porque a autorização assinada por seus pais não teve firma reconhecida.
- C** poderá realizar a viagem, desde que a autorização dos seus pais seja homologada por juiz competente.
- D** poderá realizar a viagem, pois a assinatura da autoridade consular valida a autorização de seus pais.

QUESTÃO 29

De acordo com o ECA, o conselho tutelar, ao tomar conhecimento de ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes, é competente, em regra, para determinar a

- A** inclusão da criança e(ou) do adolescente em programa oficial de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- B** destituição da tutela da criança e(ou) do adolescente.
- C** inclusão da criança e(ou) do adolescente em programa de acolhimento familiar.
- D** perda da guarda da criança e(ou) do adolescente.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), compete à União

- A** desenvolver e oferecer programas próprios de atendimento a adolescentes infratores.
- B** criar, desenvolver e manter programas para a execução de medida socioeducativa de internação.
- C** garantir a defesa técnica do adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional.
- D** instituir e manter processo de avaliação dos sistemas de atendimento socioeducativo.

BLOCO II**QUESTÃO 31**

Com relação às escolas e tendências penais, julgue os itens seguintes.

- I De acordo com a escola clássica, a responsabilidade penal é lastreada na imputabilidade moral e no livre-arbítrio humano.
- II A escola técnico-jurídica, que utiliza o método indutivo ou experimental, apresenta as fases antropológica, sociológica e jurídica.
- III A escola correccionalista fundamenta-se na proposta de imposição de pena, com caráter intimidativo, para os delinquentes normais, e de medida de segurança para os perigosos. Para essa escola, o direito penal é a insuperável barreira da política criminal.
- IV O movimento de defesa social sustenta a ressocialização do delinquente, e não a sua neutralização. Nesse movimento, o tratamento penal é visto como um instrumento preventivo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** II e IV.

QUESTÃO 32

Nas disposições penais da Lei Geral da Copa, foi estabelecido que os tipos penais previstos nessa legislação tivessem vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal

- A** excepcional.
- B** temporária.
- C** corretiva.
- D** intermediária.

QUESTÃO 33

De acordo com o STJ, a prática de falta grave pelo condenado durante o cumprimento da pena

- A** não interrompe a contagem do prazo para obtenção de livramento condicional.
- B** não interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena.
- C** interrompe a contagem do prazo para obtenção de comutação de pena.
- D** interrompe a contagem do prazo para obtenção de indulto e saída temporária.

QUESTÃO 34

Roger, empresário, omitiu da folha de pagamento da sua empresa empregados segurados pelo INSS e suprimiu as respectivas contribuições sociais previdenciárias.

Nesse caso, Roger cometeu crime

- A** contra a ordem tributária, previsto na Lei n.º 8.137/1990, para o qual é prevista a isenção da pena, desde que o agente seja primário e o valor das contribuições devidas seja inferior ao mínimo para o ajuizamento de execução fiscal.
- B** classificado como próprio e que configura norma penal em branco, uma vez que necessita de complementação pela legislação previdenciária.
- C** que admite a forma tentada e que se consuma a partir da apresentação da guia para recolhimento previdenciário emitida com dados incompletos.
- D** com isenção da pena ou, a critério do juiz, somente com pena de multa, caso o agente declare espontaneamente as contribuições devidas antes do início da execução fiscal.

QUESTÃO 35

Julgue os itens a seguir, relativos a delitos de natureza sexual.

- I Praticar, em local público, ato libidinoso contra alguém e sem o seu consentimento caracteriza contravenção penal tipificada como importunação ofensiva ao pudor.
- II Praticar conjunção carnal com o parceiro na presença de menor de catorze anos de idade, a fim de satisfazer a própria lascívia, configura, a princípio, o tipo penal específico denominado satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- III Praticar ato obsceno em praça pública, ainda que sem a intenção de ultrajar alguém específico, configura crime de importunação sexual, que, por equiparação, é considerado hediondo.
- IV Divulgar na Internet fotografias de conteúdo pornográfico envolvendo adolescente, como meio de vingança pelo término de relacionamento, configura crime específico previsto no ECA, o que afasta a incidência do novo tipo penal previsto no art. 218-C do Código Penal.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** II e IV.

QUESTÃO 36

A respeito de autoria e participação no âmbito penal, é correto afirmar que

- A** a autoria colateral é aquela em que há pluralidade de agentes e liame subjetivo entre eles para a realização da conduta.
- B** o crime de falso testemunho é classificado como crime próprio e nele são admitidas tanto a coautoria quanto a autoria mediata.
- C** a participação, que pode ser moral ou material, é admitida até a consumação do crime.
- D** a teoria da acessoriedade limitada entende que basta o fato principal ser típico para que o partícipe seja punido.

QUESTÃO 37

A respeito de crimes contra a pessoa, é correto afirmar que

- A** responderá pela prática de crime contra a vida o agente que anuncia produtos ou métodos abortivos.
- B** responderá por homicídio qualificado o agente que matar para assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de uma contravenção penal.
- C** o crime de homicídio admite interpretação analógica no que diz respeito à qualificadora que indica meios e modos de execução desse crime.
- D** o agente que matar sua empregadora por ter sido dispensado sem justa causa responderá por feminicídio, haja vista a vítima ser mulher.

QUESTÃO 38

Lúcio, inimputável por doença mental, após três anos de internação em hospital de custódia, foi liberado pelo juiz da execução, em decorrência de parecer favorável da perícia médica da instituição. Depois de sete meses da liberação, Lúcio foi detido novamente pela prática de conduta delitativa de natureza sexual.

Nesse caso, o restabelecimento da internação

- A** é cabível, porque o novo fato delituoso ocorreu antes de completado um ano da liberação, que é condicional.
- B** não é cabível, porque a liberação foi regular e transitou em julgado antes da ocorrência do novo fato delituoso.
- C** não é cabível, porque o novo fato delituoso ocorreu mais de seis meses após a liberação.
- D** é cabível, porque a liberação é incondicional e não depende da ocorrência de novo fato delituoso a qualquer tempo.

QUESTÃO 39

Para Welzel, a culpabilidade é a reprovabilidade de decisão da vontade, sendo uma qualidade valorativa negativa da vontade de ação, e não a vontade em si mesma. O autor aponta a incorreção de doutrinas segundo as quais a culpabilidade tem caráter subjetivo, porquanto um estado anímico pode ser portador de uma culpabilidade maior ou menor, mas não pode ser uma culpabilidade maior ou menor.

Essa definição de culpabilidade está relacionada

- A** à teoria psicológica.
- B** à teoria normativa pura, ou finalista.
- C** à teoria psicológico-normativa, ou normativa complexa.
- D** ao conceito material de culpabilidade.

QUESTÃO 40

Múcio, com o objetivo de ter a posse de um carro, abordou Cláudia, que dirigia devagar na saída de um estacionamento. Ao surpreendê-la, ele fez sinal para que ela parasse e, após Cláudia sair do veículo, Múcio a colocou, com violência, dentro do porta-malas, para impedir que ela se comunicasse com policiais que estavam próximos ao local. Horas depois do crime, Múcio liberou a vítima em local ermo.

Nessa situação hipotética, a conduta de Múcio o sujeita a responder pelo crime de

- A** extorsão mediante sequestro.
- B** roubo em concurso material com sequestro.
- C** extorsão qualificada mediante a restrição da liberdade da vítima.
- D** roubo qualificado, pelo agente ter mantido a vítima em seu poder, restringindo-lhe a liberdade.

QUESTÃO 41

Acerca do princípio da identidade física do juiz, é correto afirmar que

- A** a doutrina relaciona esse princípio com os subprincípios da oralidade, da concentração dos atos e da imediatidade.
- B** o Código de Processo Penal dispõe expressamente hipóteses de limitação de aplicação desse princípio.
- C** o STF restringiu a eficácia desse princípio ao estabelecer o encerramento da instrução processual penal como marco para a prorrogação da competência quanto aos limites do foro por prerrogativa de função.
- D** a oposição de embargos declaratórios contra sentença condenatória proferida por juiz substituto é hipótese na qual se prorroga a competência desse magistrado, em obediência ao referido princípio.

QUESTÃO 42

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores e da legislação a respeito dos sujeitos do processo penal, é correto afirmar que

- A** o Código de Processo Penal faculta que o juiz, de ofício, ordene a produção de provas, desde que tenha sido iniciada a ação penal.
- B** é exigida a outorga de poderes especiais para que a defensoria pública atue como representante do assistente de acusação.
- C** a nomeação judicial de núcleo de prática jurídica para patrocinar a defesa de réu dispensa procuração outorgada por ele.
- D** as hipóteses de suspeição do juiz estão elencadas taxativamente no Código de Processo Penal, não se admitindo interpretação extensiva dessa lista.

QUESTÃO 43

A respeito do procedimento de competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- A** O quesito que se refere à desclassificação do delito deve ser respondido antes do quesito genérico da absolvição.
- B** No excesso de linguagem em decisão de pronúncia, a nulidade poderá ser evitada com a determinação do desentranhamento ou envelopamento da decisão.
- C** Os jurados poderão requerer a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.
- D** A inércia da defesa para apresentar alegações finais, quando devidamente intimada, acarreta nulidade processual se o juiz não nomear defensor para suprir a omissão.

QUESTÃO 44

Acerca de ação penal e de procedimentos especiais no processo penal, assinale a opção correta.

- A** Em caso de crime de responsabilidade cometido por funcionário público, a notificação do acusado antes do recebimento da denúncia ou queixa é exigida apenas na hipótese de cometimento de crimes funcionais próprios.
- B** Nos casos de ação penal privada por crimes contra a honra, o juiz, antes de receber a queixa, dará às partes oportunidade de se reconciliarem, promovendo audiência na qual irá ouvi-las separadamente e sem a presença dos seus advogados.
- C** Nas ações penais privadas, a rejeição da queixa-crime por ausência de justa causa impossibilita a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais.
- D** Nos casos de crimes contra propriedade imaterial que deixem vestígios, o exame de corpo de delito é condição de punibilidade.

QUESTÃO 45

No que se refere a sentença e recursos no processo penal, assinale a opção correta.

- A** O STJ entende cabível a interposição de recurso especial adesivo pelo Ministério Público em matéria penal, com o fundamento de que, diante da omissão do Código de Processo Penal, deve-se aplicar o Código de Processo Civil.
- B** A apelação é o recurso cabível contra a decisão do juiz que, reconhecendo de ofício a litispendência, extingue o processo.
- C** O STJ considera válida a sentença penal condenatória registrada por meio audiovisual, bastando que seja transcrita nos autos, para fins recursais, a parte dispositiva da sentença.
- D** A sentença absolutória imprópria não faz coisa julgada material no processo penal.

QUESTÃO 46

A respeito de competência jurisdicional, é correto afirmar que

- A** a competência penal por prerrogativa de função não prevalece sobre a regra de competência do local da infração.
- B** competem à justiça federal o processamento e o julgamento unificado de crimes conexos de competência federal e estadual, salvo se os crimes afetos ao juízo estadual forem mais graves.
- C** a competência constitucional do tribunal do júri é uma cláusula pétrea, razão pela qual é inadmitida a sua ampliação por lei ordinária.
- D** o juízo de admissibilidade da exceção da verdade relacionada ao crime de calúnia em desfavor de autoridade pública com foro por prerrogativa de função é de competência das instâncias ordinárias.

QUESTÃO 47

A respeito de garantias e prerrogativas legais na condução da persecução penal, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o STJ, a prerrogativa legal da intimação pessoal do defensor dativo no processo penal pode ser renunciada expressamente pelo profissional.
- B** Para o STF, a autoridade policial pode indiciar autoridade pública com prerrogativa de foro independentemente de prévia autorização do órgão judicante competente no qual tramita o inquérito policial.
- C** O STF entende que a entrada forçada de agentes estatais em domicílio, sem mandado judicial e no período noturno, é lícita somente quando amparada em fundadas razões de flagrante delito previamente justificadas.
- D** De acordo com o STJ, a teoria do juízo aparente não serve à ratificação de atos decisórios emanados por autoridade posteriormente considerada incompetente em razão da matéria.

QUESTÃO 48

Considerando os dispositivos legais e o entendimento dos tribunais superiores acerca de aspectos processuais da execução penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito de entrevista pessoal e reservada do preso com o seu advogado pode ser restringido por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.
- Ⓑ De acordo com o STF, a transferência do apenado para penitenciária federal por motivo de segurança pública não é compatível com a progressão de regime prisional.
- Ⓒ A mudança de domicílio do condenado beneficiário de livramento condicional acarreta a modificação da competência da execução penal.
- Ⓓ A prática esportiva pelo apenado possibilita remição da pena em razão da interpretação extensiva do STJ quanto às hipóteses de trabalho e estudo previstas na Lei de Execução Penal.

QUESTÃO 49

Acerca de institutos e situações afetas ao Estatuto do Desarmamento, à Lei Antidrogas, à Lei Maria da Penha e à Lei das Interceptações Telefônicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Depois de elaborado e juntado aos autos o laudo pericial de armas de fogo apreendidas em determinada operação, as armas deverão ser encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército para destruição ou doação.
- Ⓑ A gravação fruto de interceptação telefônica que não interessar à prova poderá ser inutilizada de ofício pelo juiz.
- Ⓒ O deferimento de medida protetiva de urgência a vítima de violência doméstica e familiar não pode ser impugnado por *habeas corpus*.
- Ⓓ A Lei Antidrogas estabelece que nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado em juízo.

QUESTÃO 50

A respeito de questões e processos incidentes em âmbito penal, é correto afirmar que

- Ⓐ o juiz, no incidente de insanidade mental, pode, de ofício e independentemente da anuência da defesa, determinar a apresentação compulsória do acusado em exame médico.
- Ⓑ o leilão público de bens sequestrados, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, está condicionado ao exclusivo requerimento da parte interessada.
- Ⓒ o deferimento das medidas assecuratórias de natureza patrimonial previstas no Código de Processo Penal está submetido ao princípio da jurisdicionalidade.
- Ⓓ o Código de Processo Penal não admite a oposição verbal da exceção de incompetência.

QUESTÃO 51

À luz dos dispositivos constitucionais e do entendimento jurisprudencial acerca de processo legislativo, é correto afirmar que as leis que dispõem sobre o aumento da remuneração de servidores em cargos públicos na esfera estadual da administração direta é de iniciativa

- Ⓐ privativa do presidente da República, sendo inconstitucional a vinculação desse reajuste aos índices federais de correção monetária.
- Ⓑ exclusiva do Congresso Nacional, devendo esse reajuste ser vinculado aos índices federais de correção monetária.
- Ⓒ privativa do governador do estado, sendo inconstitucional a vinculação desse reajuste aos índices federais de correção monetária.
- Ⓓ exclusiva da assembleia legislativa estadual, devendo esse reajuste ser vinculado aos índices federais de correção monetária.

QUESTÃO 52

Uma autoridade pública ordenou a prática de ato ilegal contra determinada pessoa jurídica; com isso, agiu com abuso de poder e violou direito líquido e certo dessa pessoa jurídica. A prejudicada impetrou mandado de segurança contra o ato abusivo, no entanto outra autoridade pública, diversa da que praticou o ato, foi indicada erroneamente como coatora. Vinculada hierarquicamente à autoridade coatora, a autoridade indicada, mesmo não sendo a coatora, manifestou-se no mérito ao prestar informações. Os demais requisitos legais do remédio constitucional foram todos preenchidos.

Nessa situação hipotética, considerando-se que não houve modificação de competência estabelecida pela Constituição Federal de 1988, o juiz deverá, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores,

- Ⓐ determinar a emenda à inicial, para que o impetrante indique corretamente a autoridade coatora.
- Ⓑ declarar a nulidade processual, em razão de ilegitimidade passiva da autoridade indicada.
- Ⓒ declarar a invalidade da manifestação da autoridade indicada, chamando ao processo a autoridade coatora legítima.
- Ⓓ aplicar a teoria da encampação, considerando legítima a autoridade indicada como coatora para figurar no polo passivo.

QUESTÃO 53

Um órgão fracionário de determinado tribunal afastou a incidência de parte de ato normativo do poder público, sem declarar expressamente a inconstitucionalidade do ato.

Nessa situação hipotética, segundo a Constituição Federal de 1988 e o entendimento sumulado do STF, a decisão desse órgão fracionário

- Ⓐ não violou a cláusula de reserva do plenário, o que ocorreria somente se tivesse sido declarada a inconstitucionalidade do ato normativo.
- Ⓑ não violou a cláusula de reserva do plenário, uma vez que afastou a incidência apenas de parte do ato normativo.
- Ⓒ violou a cláusula de reserva do plenário, uma vez que o afastamento da incidência do referido ato só poderia ocorrer concomitantemente à declaração de inconstitucionalidade deste.
- Ⓓ violou a cláusula de reserva do plenário, uma vez que afastou a incidência, ainda que em parte, de ato normativo do poder público.

QUESTÃO 54

De acordo com disposições da Constituição Federal de 1988, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, os estados podem instituir aglomerações urbanas, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, mediante

- A lei ordinária.
- B lei complementar.
- C decreto legislativo.
- D resolução.

QUESTÃO 55

O STF pode, por decisão da maioria absoluta de seus membros, deferir pedido de medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, determinando que juízes e tribunais suspendam o julgamento de processos que envolvam a aplicação de lei ou de ato normativo objeto da referida ação até o seu julgamento definitivo. Nesse sentido, a medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, até o julgamento final da ação, produzirá efeito

- A vinculante e eficácia *ex nunc*.
- B vinculante e eficácia *ex tunc*.
- C repristinatório e eficácia *ex nunc*.
- D repristinatório e eficácia *ex tunc*.

QUESTÃO 56

Tratando-se de processo referente a crime de responsabilidade cometido por presidente da República, a Constituição Federal de 1988 exige que o júízo de admissibilidade seja realizado

- A pela Câmara dos Deputados.
- B pelo Senado Federal.
- C pelo STF.
- D pelo Congresso Nacional.

QUESTÃO 57

Entre os princípios gerais previstos no texto da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência inclui-se, expressamente, o princípio

- A da tolerância.
- B da igualdade entre homem e mulher.
- C do cuidado em tempo integral.
- D da prioridade de atendimento.

QUESTÃO 58

Considerando-se o surgimento e a evolução dos direitos fundamentais em gerações, é correto afirmar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado, pela doutrina, direito de

- A primeira geração.
- B segunda geração.
- C terceira geração.
- D quarta geração.

QUESTÃO 59

A respeito da organização judiciária eleitoral, assinale a opção correta.

- A A composição do TSE é diferenciada, com previsão de integrantes provenientes da magistratura, da advocacia e do Ministério Público.
- B A legislação garante vitaliciedade e inamovibilidade aos juízes dos tribunais eleitorais.
- C É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau.
- D É vedada a nomeação, para o TSE, de cidadão que ocupe cargo público de que seja demissível *ad nutum* ou de diretor, proprietário ou sócio de empresa.

QUESTÃO 60

A fim de garantir a integridade da votação e prevenir a nulidade ou anulabilidade da eleição, o presidente de uma mesa receptora de uma seção eleitoral deve

- A iniciar o processo de votação às 8 horas, independentemente do número de mesários presente, admitindo eventuais mesários atrasados à medida que se apresentarem no local de votação.
- B permitir a livre atuação dos fiscais designados pelos partidos apenas fora do recinto de votação, em benefício da ordem dos trabalhos.
- C encerrar a votação antes das 17 horas se todos os eleitores da seção já tiverem votado.
- D solicitar a intervenção da força pública se divulgada propaganda agressiva de boca de urna em carro de som e que constranja os eleitores.

QUESTÃO 61

Assinale a opção que indica uma causa legalmente amparada para o cancelamento do alistamento eleitoral.

- A incapacidade comprovada de o eleitor se expressar no idioma nacional
- B não comparecimento do eleitor em três eleições consecutivas
- C residência principal do eleitor localizar-se fora da área do domicílio eleitoral
- D aquisição de outra nacionalidade pelo eleitor

QUESTÃO 62

Com relação ao Ministério Público Eleitoral, assinale a opção correta.

- A Tal como ocorre com os juízes do TSE e com os procuradores regionais eleitorais, o mandato do procurador-geral eleitoral é de dois anos, permitida apenas uma recondução.
- B Compete apenas ao Ministério Público Federal exercer, junto à justiça eleitoral, as funções de Ministério Público.
- C O procurador regional eleitoral será designado, juntamente com seu substituto, pelo procurador-geral eleitoral, entre os procuradores regionais da República no estado e no Distrito Federal ou entre os procuradores da República vitalícios, a seu critério.
- D Na defesa do regime democrático, cumpre ao Ministério Público Eleitoral a proteção das eleições contra influência do poder econômico ou contra abuso do poder político.

QUESTÃO 63

A justiça eleitoral apresenta uma divisão interna peculiar, na qual se distinguem a circunscrição, a zona e a seção eleitoral. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A** No Brasil, o conjunto de circunscrições é igual à soma do número de estados com o número de municípios, acrescido o Distrito Federal, uma vez que circunscrição é a divisão territorial destinada à realização de cada pleito.
- B** Zona eleitoral é o espaço territorial sob a jurisdição de um juiz eleitoral e cujos limites devem necessariamente coincidir com os da comarca.
- C** Compete aos juízes eleitorais dividir a zona eleitoral em seções: em regra, para cada seção, o limite mínimo é de cinquenta eleitores, e o máximo, de quatrocentos eleitores, nas capitais, e trezentos eleitores, nas demais localidades.
- D** Sempre que necessário à organização da votação, uma mesa receptora de votos poderá responder por mais de uma seção eleitoral.

QUESTÃO 64

A lei que regulamenta os juizados especiais cíveis admite expressamente

- A** o litisconsórcio.
- B** a assistência simples.
- C** a denúncia da lide.
- D** o chamamento ao processo.

QUESTÃO 65

Entre outros objetivos, os juizados especiais cíveis estaduais buscam extrair do processo o máximo de proveito com o mínimo de dispêndio de tempo e energias, razão pela qual, por exemplo, realiza a colheita de prova pericial de forma simplificada e a oitiva do perito em audiência. Tal objetivo é consoante com o princípio da

- A** simplicidade.
- B** economia processual.
- C** oralidade.
- D** informalidade.

QUESTÃO 66

No que tange a juizado especial criminal estadual, julgue os itens seguintes, quanto ao entendimento do STJ acerca de competência e suspensão condicional do processo.

- I** Em se tratando de processo penal que tramita em juizado especial criminal, a proposta de suspensão condicional do processo antes do oferecimento da resposta à acusação não enseja a nulidade do processo.
- II** A depender da gravidade do resultado decorrente de infração penal incurso na Lei Maria da Penha, os benefícios da suspensão condicional do processo têm aplicação imediata.
- III** Para a concessão da suspensão condicional do processo, é necessário, além do preenchimento dos requisitos objetivos, o atendimento às exigências de ordem subjetiva do acusado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 67

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, os lançamentos relativos a receitas realizados no livro próprio por oficial de registro compreenderão emolumentos previstos na tabela de custas exclusivamente na parte percebida como receita do próprio delegatário, em razão

- A** dos atos efetivamente praticados, acrescidas as quantias recebidas em depósito e destinadas ao pagamento de tributos.
- B** dos atos efetivamente praticados, excluídos somente os valores que constituam receita devida aos fundos de renda mínima.
- C** dos atos efetivamente praticados, acrescidas as contribuições obrigatórias devidas às entidades de classe.
- D** dos atos efetivamente praticados, excluídas as quantias recebidas em depósito e destinadas ao pagamento de tributos.

QUESTÃO 68

Determinado ato de natureza geral praticado pela Corregedoria Geral da Justiça e pela Corregedoria da Justiça destina-se a aplicar, em casos concretos, os dispositivos legais atinentes à atividade funcional de magistrados, serventuários e funcionários da justiça. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, o referido ato é denominado

- A** provimento.
- B** instrução.
- C** portaria.
- D** ordem de serviço.

QUESTÃO 69

De acordo com a Lei Estadual n.º 14.277/2003 — Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná —, a indicação de juiz diretor dos juizados especiais da capital do estado do Paraná para compor o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais compete ao

- A** Conselho da Magistratura.
- B** corregedor geral da justiça.
- C** presidente do tribunal de justiça.
- D** órgão especial do tribunal de justiça.

QUESTÃO 70

Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, auxiliar da justiça do foro judicial que revelar informação de natureza sigilosa de que tenha tido ciência em razão do cargo ficará sujeito à penalidade de

- A** censura cumulada com multa, se do fato não originar prejuízo às partes.
- B** suspensão.
- C** demissão.
- D** advertência cumulada com multa, se do fato não originar prejuízo às partes.

BLOCO III**QUESTÃO 71**

O juízo falimentar é universal: atrai todas as ações e os interesses da sociedade falida e da massa falida. De acordo com a regra geral da Lei de Falências, essa atratividade ocorrerá na ação em tramitação em que a massa falida figure na condição de

- A sujeito passivo de uma execução tributária.
- B autora ou litisconsorte ativa em ações não reguladas na Lei de Falências.
- C sujeito passivo de uma reclamação trabalhista.
- D sujeito passivo no cumprimento de sentença líquida por reparação de danos.

QUESTÃO 72

No que se refere a títulos de crédito, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência sumulada pelo STJ.

- A O fato de a obrigação cambial ser assumida pelo procurador do mutuário no exclusivo interesse do mutuante não torna tal obrigação nula.
- B A legislação referente às cédulas de crédito rural, comercial e industrial veda o pacto de capitalização de juros.
- C Em caso de endosso translativo, o endossatário que responder por dano decorrente de protesto indevido de título com vício formal tem direito de regresso contra endossantes e avalistas.
- D No caso de endosso-mandato, os danos decorrentes de protesto indevido e não previstos no mandato serão exclusivos do endossante.

QUESTÃO 73

Com relação a consórcios, a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que

- A o consórcio não tem personalidade jurídica.
- B as companhias consorciadas respondam diretamente por suas obrigações e subsidiariamente em relação às demais consorciadas.
- C a falência de uma consorciada é motivo de extinção do consórcio.
- D o consórcio será constituído por estatuto social.

QUESTÃO 74

Tendo como referência as disposições do Código Civil de 2002 relativas ao direito societário, assinale a opção correta.

- A Sociedade em nome coletivo admite como sócio pessoa jurídica de responsabilidade limitada, que responderá por até o valor de seu capital social subscrito.
- B Sociedade em comandita simples admite como sócios comanditários pessoas físicas e jurídicas, que responderão indistintamente e ilimitadamente pela satisfação das obrigações contraídas.
- C Na sociedade em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente, e o sócio que contratar com terceiro pela sociedade perderá o benefício de ordem dos bens da sociedade sobre seus particulares.
- D Na sociedade em conta de participação, o sócio ostensivo responde ilimitadamente, e o oculto responde subsidiariamente perante terceiros.

QUESTÃO 75

O nome empresarial identifica o sujeito de direito; a marca identifica, direta ou indiretamente, produtos ou serviços. A respeito desses dois institutos — nome empresarial e marca —, assinale a opção correta.

- A O registro da marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) garante, consequentemente, a proteção do nome empresarial, independentemente do registro deste nas juntas comerciais.
- B A proteção conferida ao nome empresarial se exaure nos limites do estado federado onde fica a junta comercial na qual se fez seu registro, sendo sua proteção nos demais estados condicionada ao seu registro nas respectivas juntas comerciais.
- C Devido ao princípio da especificidade, a proteção da marca de alto renome e do nome empresarial se restringe aos segmentos dos produtos ou serviços passíveis de dúvidas.
- D O direito de utilização exclusiva de marca se extingue em vinte anos, podendo ser prorrogado, ao passo que o do nome empresarial vigora por prazo indeterminado.

QUESTÃO 76

De acordo com disposição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, poderá ser beneficiária de tratamento jurídico diferenciado a pessoa jurídica que

- A tiver filial no Brasil e sede no exterior.
- B tiver sido constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
- C tiver sido constituída sob a forma de sociedade por ações.
- D tiver derivado da cisão de empresas, ocorrida em até três anos-calendário anteriores.

QUESTÃO 77

Conforme o Código Civil, equipara-se à condição de pessoa empresária

- A um grupo de pessoas que pretenda constituir uma cooperativa para intermediar a venda de produtos fabricados em determinada comunidade.
- B um casal que resolva criar um instituto exclusivamente para difundir informações sobre determinada causa social.
- C um empresário rural cuja principal atividade seja a agricultura e que esteja devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis.
- D um artista plástico famoso que angarie grandes valores com a venda de obras plásticas por ele confeccionadas.

QUESTÃO 78

Duas pessoas celebraram entre si um contrato de prestação de serviço sujeito a uma condição suspensiva. A natureza dessa prestação sujeita uma das partes ao pagamento de uma taxa, para a qual não há regramento específico na hipótese de negócio jurídico condicional.

Nessa situação, o fato gerador da obrigação tributária principal ocorre no momento

- A da efetiva prestação do serviço.
- B da celebração do negócio jurídico.
- C da prática do ato jurídico condicional.
- D do implemento da condição suspensiva.

QUESTÃO 79

De acordo com o Código Tributário Nacional, o sujeito ativo da obrigação tributária principal é a pessoa

- Ⓐ jurídica de direito público titular da competência de exigir o cumprimento da obrigação.
- Ⓑ jurídica de direito público destinatária do produto da arrecadação do referido tributo.
- Ⓒ física ou jurídica obrigada ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária de natureza tributária.
- Ⓓ física ou jurídica que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitui o respectivo fato gerador.

QUESTÃO 80

São modalidades de suspensão do crédito tributário

- Ⓐ a remissão e o parcelamento.
- Ⓑ o parcelamento e a moratória.
- Ⓒ a anistia e a moratória.
- Ⓓ a remissão e a anistia.

QUESTÃO 81

A empresa X adquiriu todo o fundo de comércio da empresa Y e passou a explorar o negócio sob outra razão social. Após a venda do fundo, Y encerrou regularmente suas atividades, sem que tenha havido falência ou recuperação judicial.

De acordo com a jurisprudência majoritária do STJ, em relação a tributos e multas devidos pela empresa Y e referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão, a empresa X responderá

- Ⓐ apenas pelos tributos devidos, e não pelas multas moratórias ou punitivas.
- Ⓑ pelos tributos devidos e pelas multas moratórias, mas não pelas multas punitivas.
- Ⓒ pelos tributos devidos e pelas multas moratórias ou punitivas.
- Ⓓ apenas pelas multas moratórias ou punitivas, e não pelos tributos devidos.

QUESTÃO 82

Doutrinariamente, a regra-matriz de incidência tributária pode ser dividida nos seus aspectos antecedentes — que definem a hipótese de incidência — e na obrigação decorrente — que são os aspectos ligados às consequências da norma.

Segundo a doutrina majoritária, os critérios que integram a parte da hipótese da regra-matriz de incidência tributária incluem os aspectos

- Ⓐ material, espacial e temporal.
- Ⓑ pessoal, material e quantitativo.
- Ⓒ temporal, quantitativo e qualitativo.
- Ⓓ qualitativo, pessoal e espacial.

QUESTÃO 83

A Constituição Federal de 1988 prevê exceções ao princípio tributário da anterioridade, como ocorre nos casos dos impostos sobre importação e sobre exportação. Nesses casos, a exceção é justificada pela necessidade de ajuste do tributo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

De acordo com a doutrina majoritária, a referida hipótese de exceção ao princípio tributário da anterioridade é explicada em razão de os tributos citados terem finalidade

- Ⓐ parafiscal.
- Ⓑ parafiscal e extrafiscal.
- Ⓒ extrafiscal.
- Ⓓ exclusivamente fiscal.

QUESTÃO 84

Considerando que, em caso de cobrança judicial de dívida ativa da fazenda pública por meio de execução fiscal, haja o registro de penhoras feitas por credores distintos sobre um mesmo bem e não se caracterize hipótese de falência ou recuperação judicial, assinale a opção correta, de acordo com o previsto na Lei de Execuções Fiscais — Lei n.º 6.830/1980.

- Ⓐ A fazenda pública ingressa no concurso de credores de forma preferencial, ressalvada apenas a preferência dos credores de créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- Ⓑ A fazenda pública não se sujeita a concurso de credores, devendo-se verificar o concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público.
- Ⓒ Não há benefício de ordem entre a fazenda pública e os credores privados: a ordem cronológica do registro das penhoras deve ser observada.
- Ⓓ Os créditos da fazenda pública devem ser apurados primeiramente, sendo feita a repartição entre os entes públicos federais, estaduais e municipais com base no critério *pro rata*.

QUESTÃO 85

Conforme a Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), os requisitos necessários à criação de uma unidade de conservação, exceto no caso de estação ecológica ou reserva biológica, são

- Ⓐ a publicação de lei autorizadora, a realização de estudos técnicos para identificação da localização, da dimensão e dos limites adequados da unidade, e a elaboração de licenciamento ambiental.
- Ⓑ a edição de ato autorizador do Poder Executivo e a realização de estudos técnicos e de consulta pública para a identificação da localização, da dimensão e dos limites adequados da unidade.
- Ⓒ a edição de ato autorizador do Poder Executivo, a elaboração de licenciamento ambiental, a realização de consulta pública e a verificação da existência de população tradicional residente no local.
- Ⓓ a publicação de lei autorizadora, a elaboração de licenciamento ambiental, a identificação da dimensão e dos limites da unidade e a verificação da existência de população tradicional residente no local.

QUESTÃO 86

A polícia ambiental apreendeu, na casa de João, quinze espécimes de aves silvestres da fauna brasileira que estavam em cativeiro. Em seu depoimento, João alegou que caçou os animais e que os venderia na feira livre da cidade, para comprar alimentos para a sua família.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da responsabilização penal de João.

- A** João poderá ser condenado à pena de detenção de seis meses a um ano e multa, pelo fato de manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre, sem a devida autorização ou licença ambiental.
- B** João poderá ser condenado à pena de reclusão de um a três anos e multa, uma vez que mantinha em cativeiro espécimes da fauna silvestre, sem a devida autorização ou licença ambiental.
- C** João não poderá ser penalizado: a situação caracteriza uma excludente de ilicitude.
- D** O tipo penal pertinente à conduta de João não admite hipótese de aumento da pena.

QUESTÃO 87

Dentro de um parque municipal que consiste em unidade de conservação criada por decreto municipal, o IBAMA constatou a existência de habitações particulares licenciadas pelo estado no qual o município se encontra inserido. Tanto o IBAMA quanto a secretaria de meio ambiente do município lavraram seus respectivos autos de infração.

Nessa situação hipotética, no que se refere à competência para a autuação,

- A** o auto de infração do IBAMA deve prevalecer sobre o municipal.
- B** o auto de infração do município deve prevalecer sobre o do IBAMA.
- C** nenhum dos autos de infração é válido.
- D** ambos os autos de infração são válidos e exigíveis.

QUESTÃO 88

São unidades de conservação que admitem a habitação ou a permanência de populações tradicionais

- A** as reservas extrativistas e as reservas de fauna.
- B** as estações ecológicas e as reservas biológicas.
- C** as reservas de desenvolvimento sustentável e as florestas nacionais.
- D** as reservas de fauna e os parques nacionais.

QUESTÃO 89

Os princípios expressos na Lei n.º 6.938/1981 — Política Nacional do Meio Ambiente — incluem

- A** o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- B** a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar e a recuperação de áreas degradadas.
- C** o desenvolvimento sustentável e o poluidor pagador.
- D** o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.

QUESTÃO 90

Em uma área completamente preservada, com bioma intacto, localizada em sua integralidade no bioma cerrado, existe uma propriedade particular de 100 ha, dos quais 40 ha constituem reserva legal com a devida averbação na matrícula do imóvel e com o registro no cadastro ambiental rural (CAR).

Nessa situação, o limite máximo de hectares que o proprietário poderá destinar para fins de instituição de servidão ambiental corresponde a

- A** 5 ha.
- B** 25 ha.
- C** 45 ha.
- D** 65 ha.

QUESTÃO 91

Embora o direito de propriedade seja garantido constitucionalmente, os estados têm a prerrogativa de desapropriar imóvel rural em razão de

- A** interesse social, para fins de reforma agrária, mediante o pagamento de indenização por títulos.
- B** utilidade pública, declarada por decreto do governador, mediante o pagamento de justa e prévia indenização em dinheiro.
- C** interesse social, quando constatada exploração de trabalho escravo no local, mediante o pagamento de indenização por títulos.
- D** utilidade pública, independentemente de lei autorizadora, caso o imóvel esteja localizado em município que integra o estado desapropriador.

QUESTÃO 92

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, para a configuração de um ato de improbidade por dano ao erário, é imprescindível que haja, além do efetivo prejuízo,

- A** culpa do agente, ao menos.
- B** dolo genérico do agente, ao menos.
- C** dolo específico do agente.
- D** ilegalidade na conduta, independentemente do elemento subjetivo do agente.

QUESTÃO 93

As pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração pública são

- A** investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções de interesse público, a partir da descentralização de poderes.
- B** passíveis de integrar tanto a administração pública direta quanto a indireta.
- C** criadas por atos de direito privado, mas a sua instituição depende de autorização legislativa.
- D** instituídas para fins de desconcentração de poderes e de competências administrativas.

QUESTÃO 94

A administração pública pode produzir unilateralmente atos que vinculam os particulares. No entanto, tal vinculação não é absoluta, devendo o particular, para eximir-se de seus efeitos e anular o ato, comprovar, em juízo ou perante a própria administração, o defeito do ato administrativo contra o qual se insurge, por caber-lhe o ônus da prova. Essa descrição refere-se ao atributo do ato administrativo denominado

- A autoexecutoriedade.
- B imperatividade.
- C presunção de legalidade.
- D exigibilidade.

QUESTÃO 95

Considerando a jurisprudência do STJ, julgue os seguintes itens, relativos à responsabilidade civil do Estado.

- I O Estado responde civilmente por danos decorrentes de atos praticados por seus agentes, mesmo que eles tenham agido sob excludente de ilicitude penal.
- II A despeito de situações fáticas variadas no tocante ao descumprimento do dever de segurança e vigilância contínua das vias férreas, a responsabilização da concessionária é uma constante, passível de ser elidida somente quando cabalmente comprovada a culpa exclusiva da vítima.
- III A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, devendo ser comprovados concomitantemente a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o comportamento ilícito do poder público.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 96

Determinado magistrado, no exercício regular de suas funções, proferiu decisão em processo judicial e, em outra ocasião, exarou ato administrativo regulando a organização do trabalho dos servidores lotados na vara de sua competência.

A respeito do controle de tais atos, assinale a opção correta.

- A O primeiro ato do magistrado não é passível de controle administrativo interno.
- B Tanto o primeiro ato quanto o segundo são passíveis de controle administrativo interno.
- C O primeiro ato é passível de controle jurisdicional e controle administrativo interno pelo CNJ.
- D O segundo ato é passível de controle jurisdicional e controle administrativo externo pelo CNJ.

QUESTÃO 97

Assinale a opção que indica a denominação dada ao ônus real de uso instituído pela administração pública sobre determinado imóvel privado para atendimento do interesse público, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados.

- A limitação administrativa
- B tombamento
- C servidão administrativa
- D ocupação temporária

QUESTÃO 98

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula processos administrativos no âmbito federal, um órgão administrativo ou o seu titular poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que

- A estes sejam hierarquicamente subordinados àqueles.
- B a finalidade seja editar atos de caráter normativo.
- C a finalidade seja decidir recursos administrativos.
- D não haja impedimento legal, e que a delegação seja feita com base na conveniência.

QUESTÃO 99

Após autorização legislativa, foi firmado um acordo de vontades entre entes públicos, criando-se um novo sujeito de direito, dotado de uma estrutura de bens e pessoal com permanência e estabilidade.

Nessa situação hipotética, o pacto firmado consiste em um

- A contrato administrativo, devendo uma das partes signatárias ser uma autarquia.
- B convênio, podendo uma das partes signatárias ser uma fundação.
- C contrato de gestão, podendo uma das partes signatárias ser uma autarquia, que, por força desse contrato, passará a ser uma agência executiva.
- D contrato de consórcio público, que deve ser firmado exclusivamente por entes da administração direta.

QUESTÃO 100

Considerando a jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, relativos a licitação.

- I Não é devida indenização a permissionário de serviço público de transporte coletivo por prejuízos suportados em razão de déficit das tarifas cobradas quando ausente prévio procedimento licitatório para a contratação.
- II A contratação direta, quando não caracterizada hipótese de dispensa ou inexigibilidade, gera lesão presumida ao erário, na medida em que o poder público perde a oportunidade de contratar a melhor proposta. Havendo a nulidade da contratação, a contratada pode ser condenada à devolução integral dos valores recebidos, ainda que tenha efetivamente prestados os serviços.
- III Configura ato de improbidade administrativa a contratação direta de advogados pela administração pública sob o fundamento de inexigibilidade de licitação devido à notória especialização dos contratados para a atuação em causas específicas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.